

CONHECIMENTOS ESPECIALIZADOS

- 31) O Estatuto dos Militares preconiza que “O sentimento do dever, o pundonor militar e o decoro da classe impõem a cada um dos integrantes das Forças Armadas, conduta moral e profissional irrepreensíveis, com a observância dos **preceitos de ética militar**” e estabelece, também, os **deveres, direitos e prerrogativas** dos militares.

Marque a alternativa que contém, respectivamente, um **preceito de ética militar**, um **dever**, um **direito** e uma **prerrogativa** dos militares.

- a) **Acatar as autoridades civis / Culto aos Símbolos Nacionais / Promoção / Julgamento em foro especial, nos crimes militares.**
- b) Cultuar os Símbolos Nacionais / Disciplina e respeito à hierarquia / Cumprimento de pena de prisão ou detenção somente em Organização Militar / Transferência, a pedido, para a reserva remunerada.
- c) Observar as normas de boa educação / Probidade e lealdade em todas as circunstâncias / Julgamento em foro especial, nos crimes militares / Ocupação de cargo, correspondente ao posto ou à graduação.
- d) Tratar, obrigatoriamente, o subordinado dignamente e com urbanidade / Justiça e imparcialidade no julgamento dos atos e na apreciação do mérito dos subordinados / Demissão e licenciamento, voluntários / Promoção.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA A)

Verifica-se que:

- A alternativa A está **correta**, porque é a única que apresenta, respectivamente, um **preceito de ética militar**, um **dever**, um **direito** e uma **prerrogativa** dos militares:
 - Acatamento às autoridades civis é um **preceito de ética militar**, conforme se pode verificar no Artigo 28, inciso XI;
 - Culto aos Símbolos Nacionais é um **dever** militar, conforme se pode verificar no Artigo 31, inciso II;
 - A Promoção é um **direito** dos militares, conforme se pode verificar no Artigo 50, inciso IV, letra “m”; e,
 - Julgamento em foro especial, nos crimes militares, é uma **prerrogativa** dos militares, conforme se pode verificar no Artigo 73, letra “d”.
- A alternativa B encontra-se **incorreta**, porque Cultuar os Símbolos Nacionais é um dever militar; Cumprimento de pena de prisão ou detenção somente em Organização Militar é uma prerrogativa dos militares; e, Transferência, a pedido, para a reserva remunerada é um **direito**.
- A alternativa C encontra-se **incorreta**, porque Julgamento em foro especial, nos crimes militares, é uma **prerrogativa** dos militares e Ocupação de cargo, correspondente ao posto ou à graduação é um **direito** dos militares.
- A alternativa D encontra-se **incorreta**, porque A obrigação de tratar o subordinado dignamente e com urbanidade é um **dever** militar; Ser justo e imparcial no julgamento dos atos e na apreciação do mérito dos subordinados é um **preceito de ética militar**; e, a Promoção é um **direito**.

Fonte: BRASIL. Ministério da Aeronáutica. Estado-Maior das Forças Armadas. **Estatuto dos militares** – RMA 35-1. Brasília, 1981.

- 32) Leia as assertivas abaixo, relativas às Situações Especiais e Exclusão do Serviço Ativo, e marque a alternativa correta.

- a) Quando vários oficiais da ativa que tenham mais de vinte anos de tempo de efetivo serviço requererem sua inclusão na quota compulsória, a prioridade no atendimento será dada, dentro do mesmo posto, ao oficial que possuir maior tempo de efetivo serviço no posto.
- b) O Suboficial Fortunato, após o término de seis meses de afastamento, motivado por licença para tratar de interesse particular, solicitou prorrogação por mais um ano. Portanto, ao iniciar o período de prorrogação dessa licença, o Suboficial Fortunato será enquadrado na situação de Excedente.
- c) **O Coronel Aviador Vida Mansa completou, no dia 31 de agosto de 2012, cinco anos de permanência neste posto. Devido ao fato de não possuir o curso exigido para a promoção ao primeiro posto de Oficial-General, bem como de não ter sido matriculado nesse curso, o oficial foi transferido para a reserva remunerada, ex-officio, em 1º de setembro de 2012.**
- d) O 1º Sargento Solidário, após o término de seis meses de afastamento, motivado por licença para tratar de saúde de pessoa da família, solicitou prorrogação por mais três meses. Ao término da prorrogação da licença, ele foi revertido ao seu Quadro, que se encontrava com o efetivo completo. Portanto, enquanto permanecer essa situação, o 1º Sargento Solidário não poderá ser promovido.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA C)

Verifica-se que:

- A alternativa A encontra-se **incorreta**, porque quando vários oficiais da ativa que tenham mais de vinte anos de tempo de efetivo serviço requererem sua inclusão na quota compulsória, a prioridade no atendimento será dada, dentro do mesmo posto, ao oficial que tiver **maior idade, ou seja, ao mais idoso** (conforme Artigo 101, inciso I).

• A alternativa B encontra-se incorreta, porque o Suboficial Fortunato será enquadrado na situação de **Agregado** (conforme Artigo 82, inciso VI).

• A alternativa C está correta, porque o Estatuto dos Militares estabelece, em seu **Artigo 98**, que a transferência para a reserva-remunerada, *ex-officio*, verificar-se-á sempre que o militar incidir em um dos seguintes casos:

IV – ultrapassar o oficial cinco anos de permanência no último posto da hierarquia de seu Corpo, Quadro, Arma ou Serviço; para o Capitão-de-Mar-e-Guerra ou Coronel esse prazo será acrescido de quatro anos se, ao completar os primeiros cinco anos no posto, já possuir o curso exigido para a promoção ao primeiro posto de Oficial-General, ou nele estiver matriculado e vier a concluí-lo com aproveitamento.

Caso o Coronel Vida Mansa possuísse o curso exigido para a promoção ao primeiro posto de Oficial-General, ou nele estivesse matriculado, poderia permanecer por mais quatro anos neste posto, a partir de 31 de agosto de 2012; como não possuía as condições para que isso ocorresse, já que em 1º de setembro de 2012 ultrapassou cinco anos, foi transferido, *ex-officio*, para a reserva remunerada.

• A alternativa D encontra-se incorreta, porque o 1º Sargento Solidário, ao ser revertido ao seu Quadro e encontrá-lo com o efetivo completo, será enquadrado na condição de Excedente; porém, será considerado, para todos os efeitos legais, como em serviço ativo e não sofrerá nenhuma restrição no que tange à ocupação de cargo militar, promoção e quota compulsória (conforme Artigo 88, inciso VI, §2º).

Fonte: BRASIL. Ministério da Aeronáutica. Estado-Maior das Forças Armadas. **Estatuto dos militares** – RMA 35-1. Brasília, 1981.

33) Leia as assertivas abaixo, relativas à escala de serviço, e, em seguida, faça o que se pede.

- I. O 2º Sargento Esforçado, da Organização Militar Alfa, foi matriculado para a realização de um curso com a duração de noventa dias na Organização Militar Beta. Nessa condição, à luz do RISAER, ele não poderá concorrer aos Serviços de Escala daquela Organização Militar.
- II. O 3º Sargento Indisposto assumiu o serviço de Comandante da Guarda às 8 horas. Às 22h05min, ele passou mal e permaneceu em observação na Subdivisão de Saúde da sua OM, não mais retornando ao serviço. Para efeito de contagem de folga, o serviço será considerado como executado.
- III. O 1º Sargento Pontual assumiu o serviço de Adjunto ao Oficial de Dia às 8 horas. No dia posterior, às 07h17min, recebeu um telefonema do 1º Sargento Enrolado – seu substituto – avisando que iria se atrasar para a rendição, a qual só ocorreu às 12h45min. Para efeito de contagem de folga, o serviço será considerado como executado para o 1º Sargento Enrolado.
- IV. Por motivo de força maior, foi desativada a escala de serviço de Oficial de Dia de determinada OM. Restabelecida a normalidade, a escala foi reativada. Ao conferir a escala, o escalante observou que o 2º Tenente Comprometido e o 1º Tenente Envolvido haviam tirado quatro e três serviços de Oficial de Dia, respectivamente, em dia de expediente na OM. Assim sendo, o escalante escalou o 1º Tenente Envolvido para o próximo serviço em dia útil na OM.

Estão corretas somente as assertivas

- a) I e II.
- b) I e IV.
- c) II e III.
- d) II e IV.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA D)

Analisando as afirmativas apresentadas, pode-se inferir que:

• A assertiva I encontra-se incorreta, porque o 2º Sargento Esforçado, da Organização Militar Alfa, ao ser matriculado para a realização de um curso com a duração de noventa dias na Organização Militar Beta, permanecerá adido àquela OM. Assim sendo, à luz do RISAER, desde que não haja incompatibilidade funcional ou administrativa, ele poderá concorrer aos Serviços de Escala daquela Organização Militar (RISAER, Título II, Capítulo II, Art. 21);

• A assertiva II está correta, uma vez que o 3º Sargento Indisposto iniciou o serviço e permaneceu no seu cumprimento por um período superior a doze horas. Assim sendo, para efeito de folga, terá o serviço considerado como executado (RISAER, Título II, Capítulo II, Art. 17, 2º);

• A assertiva III encontra-se incorreta, porque o 1º Sargento Enrolado atrasou por um período superior a quatro horas; por esse motivo, para efeito de contagem de folga, o serviço será considerado como executado, não para ele, mas, sim, para o 1º Sargento Pontual (RISAER, Título II, Capítulo II, Art. 21); e,

• A assertiva IV está correta, porque o primeiro critério a ser observado pelo escalante, ao reativar a Escala de Serviço de Oficial de Dia, é a folga, e não a antiguidade. Apesar de ser mais antigo, o 1º Tenente Envolvido encontra-se mais folgado que o 2º Tenente Comprometido (RISAER, Título II, Capítulo II, Art. 17).

Fonte: BRASIL. Comando da Aeronáutica. Estado-Maior da Aeronáutica. **Regulamento Interno dos Serviços da Aeronáutica (RISAER)** – RCA 34-1. Brasília, 2005.

34) Assinale a alternativa correta em relação à Movimentação.

- a) O Coronel Estrangeiro foi movimentado para missão no exterior, de caráter eventual. Portanto, a sua movimentação será realizada por intermédio de Decreto Presidencial.
- b) O Brigadeiro Austero foi movimentado para ocupar o cargo de Comandante da Escola Preparatória de Cadetes do Ar (EPCAR). Portanto, a sua movimentação será realizada por intermédio de Portaria do Comandante da Aeronáutica (CMTAER).
- c) O Tenente-Coronel Andarilho, da Base Aérea do Galeão (BAGL), colocou o nome no Plano de Movimentação (PLAMOV) e foi movimentado para o Parque de Material Aeronáutico de Lagoa Santa (PAMALS). Portanto, a sua movimentação será realizada por intermédio de ato do Comandante do Terceiro Comando Aéreo Regional (3º COMAR).
- d) O Regimento Interno da Organização Militar Albatroz, comandada pelo Major-Brigadeiro Feroz, preconiza que o cargo de Chefe de Gabinete deverá ser exercido por Major Aviador. O Major Aviador Eficiência foi movimentado com a finalidade de preencher o referido cargo. Portanto, a sua movimentação será realizada por intermédio de Portaria do Comandante da Aeronáutica (CMTAER).

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA D)

Verifica-se que:

- A alternativa A encontra-se incorreta, porque o Coronel Estrangeiro foi movimentado para a missão no exterior, de caráter eventual. Nessa circunstância, a sua movimentação será realizada por intermédio de Portaria do Comandante da Aeronáutica (CMTAER) (RISAER, Título IV, Capítulo I, Art. 178, inciso II, letra “I”).
- A alternativa B encontra-se incorreta, porque a movimentação de Oficial-General será realizada por intermédio de Decreto Presidencial (RISAER, Título IV, Capítulo I, Art. 178, inciso I, letra “a”).
- A alternativa C encontra-se incorreta, porque a movimentação de Oficial Superior – ressalvados os casos previstos nos incisos I e II, do Artigo 178 – será realizada por intermédio de ato do Diretor de Administração do Pessoal (DIRAP) (RISAER, Título IV, Capítulo I, Art. 178, inciso III, letra “a”).
- A alternativa D encontra-se correta, porque o Major Aviador Eficiência foi movimentado para uma Organização Militar, comandada por Oficial-General, com a finalidade de exercer o cargo de Chefe de Gabinete. Nessa circunstância, a movimentação será realizada por intermédio de Portaria do Comandante da Aeronáutica (CMTAER) (RISAER, Título IV, Capítulo I, Art. 178, inciso II, letra “h”).

Fonte: BRASIL. Comando da Aeronáutica. Estado-Maior da Aeronáutica. **Regulamento Interno dos Serviços da Aeronáutica (RISAER)** – RCA 34-1. Brasília, 2005.

35) Em relação aos afastamentos temporários do serviço, leia as assertivas abaixo e, em seguida, faça o que se pede.

- I. A 2º Sargento Esperança sofreu um aborto involuntário, comprovado por Junta Regular de Saúde da Aeronáutica. Portanto, essa militar terá direito a um período de trinta dias de licença-maternidade.
- II. O Suboficial Andança teve o seu período concessivo de férias expirado enquanto se encontrava em gozo de trinta dias de trânsito. Portanto, para não perder o direito às férias, o militar deverá gozá-las antes de se apresentar em sua Organização Militar de destino.
- III. O Cabo Vertigem sentiu-se mal e realizou uma consulta com o Capitão Médico Saracura e este entendeu que o Cabo não tinha condições físicas para prosseguir com a sua rotina de trabalho. Portanto, à luz do RISAER, o Capitão Médico Saracura pode conceder uma dispensa médica de trinta dias para o Cabo Vertigem.
- IV. O Coronel Eficácia, Comandante da Base Aérea Novos Tempos, precisou afastar-se por um período de sessenta dias e foi substituído, interinamente, pelo Tenente-Coronel Eficiência. Portanto, nesse período, o Tenente-Coronel Eficiência poderá conceder até dez dias de dispensa como recompensa aos militares pertencentes ao efetivo daquela Organização Militar.

Estão corretas somente as assertivas

- a) I e III.
- b) I e IV.
- c) II e III.
- d) II e IV.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA B)

Analisando as afirmativas apresentadas, pode-se inferir que:

- A assertiva I está correta, porque a 2º Sargento Esperança sofreu um aborto involuntário, comprovado por Junta Regular de Saúde da Aeronáutica. Nessa situação, o RISAER prevê um período de trinta dias de Licença-Maternidade (RISAER, Título V, Capítulo I, Seção V, inciso IV).
- A assertiva II encontra-se incorreta, porque o Suboficial Andança não deverá gozar as férias antes de apresentar-se à sua Organização Militar de destino. Tendo expirado o período concessivo das férias do Suboficial Andança enquanto ele se encontrava em gozo do Trânsito, ele não perderá o direito a elas; após a apresentação dele à OM de destino,

com a consequente publicação no Boletim Interno, o Comandante daquela OM terá um prazo de até trinta dias para a concessão das referidas férias (RISAER, Título V, Capítulo II, Art. 297 e Parágrafo Único).

- A assertiva III encontra-se incorreta, porque quem concede a Dispensa em Decorrencia de Prescrição Médica é o Comandante, Chefe ou Diretor da Organização Militar; o Oficial Médico apenas indica a sua necessidade. Ademais, tal dispensa tem o limite de quinze dias, podendo ser prorrogada por igual período apenas uma vez (RISAER, Título V, Capítulo III, Seção IV, Art. 308).
- A assertiva IV está correta, pois ao assumir, interinamente, o comando da Base Aérea Novos Tempos, o Tenente-Coronel Eficiência estará desempenhando a função de Coronel e, portanto, poderá conceder até dez dias de dispensa como recompensa aos militares que estejam sob a sua subordinação (RISAER, Título V, Capítulo III, Seção II, Art. 306, inciso II, letra “d”).

Fonte: BRASIL. Comando da Aeronáutica. Estado-Maior da Aeronáutica. **Regulamento Interno dos Serviços da Aeronáutica (RISAER)** – RCA 34-1. Brasília, 2005.

36) De acordo com o Regulamento de Administração da Aeronáutica (RCA 12-1), o arrolamento para acerto patrimonial constitui medida de exceção só autorizada pelo CMTAER, em atendimento a expediente circunstanciado, no qual são identificadas as causas e definidas as responsabilidades. Deste modo, proceder-se-á ao arrolamento nos seguintes casos, **exceto**:

- a) Estado caótico da escrituração, sem possibilidade de normalização pelos meios regulares.
- b) **Tomada de Contas Extraordinária, quando da extinção de uma Unidade Gestora.**
- c) Dano à escrituração, consequente de caso fortuito ou motivo de força maior.
- d) Término de operações de combate, real ou simulado.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA B)

Verifica-se que:

- A alternativa A encontra-se correta, pois o estado caótico da escrituração, sem possibilidade de normalização pelos meios regulares, é um dos casos previstos para se proceder ao arrolamento;
- A alternativa B encontra-se incorreta, pois a Tomada de Contas Extraordinária, quando da extinção de uma Unidade Gestora, não é um dos casos previstos para se proceder ao arrolamento;
- A alternativa C encontra-se correta, pois o dano à escrituração, consequente de caso fortuito ou motivo de força maior, é um dos casos previstos para se proceder ao arrolamento; e,
- A alternativa D encontra-se correta, pois um dos casos previstos para se proceder ao arrolamento ocorre ao término de operações de combate, real ou simulado.

Fonte: BRASIL. Comando da Aeronáutica. Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica (SEFA). **Regulamento de Administração da Aeronáutica (RADA)** – RCA 12-1, de 2004, aprovado pela Portaria nº 1275/GC3, de 09 de dezembro de 2004. (Parte Especial, Livro I, Título I, Capítulo IV, Art. 151, Incisos I, II e III, página 50).

37) O Coronel Atrapalhado, Ordenador de Despesas da Base Aérea de Marte, solicitou ao Gestor de Finanças, Tenente Correto, que priorizasse o pagamento das Notas Fiscais da Empresa Obra a Qualquer Custo Ltda. O Tenente Correto, analisando a programação financeira da Fonte Tesouro, percebeu que não poderia pagar as referidas Notas Fiscais naquela semana em virtude de possuir liquidações anteriores de outros fornecedores da Organização, conforme preconiza o Regulamento de Administração da Aeronáutica (RCA 12-1). Deste modo, marque a alternativa que indica a correta ação dos Agentes da Administração.

- a) O Coronel Atrapalhado mostrou ao Gestor de Finanças uma planilha contendo relevantes razões de Interesse público, e o Tenente Correto efetuou o pagamento das Notas Fiscais da Empresa Obra a Qualquer Custo Ltda.
- b) O Coronel Atrapalhado providenciou, em Boletim Interno da Base Aérea de Marte, a publicação da alteração da ordem cronológica dos pagamentos de despesa, e o Tenente Correto efetuou o pagamento das Notas Fiscais da Empresa Obra a Qualquer Custo Ltda.
- c) **O Coronel Atrapalhado elaborou uma justificativa, publicando-a em Boletim Interno da Base Aérea de Marte, contendo relevantes razões de interesse público, e o Tenente Correto efetuou o pagamento das Notas Fiscais da Empresa Obra a Qualquer Custo Ltda.**
- d) O Tenente Correto recebeu o representante da Empresa Obra a Qualquer Custo Ltda, o qual lhe assegurou estarem presentes relevantes razões de interesse público. Desse modo, o Gestor de Finanças efetuou o pagamento das Notas Fiscais de sua empresa naquela semana.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA C)

O pagamento das despesas observará a ordem cronológica da sua liquidação e os prazos estabelecidos na legislação pertinente, salvo quando presentes relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa do Ordenador de Despesas, devidamente publicada. Desse modo, mesmo que o Ordenador de Despesas providencie a publicação da alteração da ordem cronológica ou mostre uma planilha contendo razões diversas, ou ainda que o representante da empresa interessada demonstre relevantes razões de interesse público, o Tenente Correto não deveria ter pago as Notas Fiscais da Empresa Obra A Qualquer Custo Ltda. fora da ordem cronológica. Para alterar a ordem, seria necessária a publicação da justificativa, elaborada pelo Ordenador de Despesas da Base Aérea de Marte, apresentando

relevantes razões de interesse público.

Fonte: BRASIL. Comando da Aeronáutica. Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica (SEFA). **Regulamento de Administração da Aeronáutica (RADA)** – RCA 12-1, de 2004, aprovado pela Portaria nº 1275/GC3, de 09 dez. 2004. (Parte Especial, Livro I, Título II, Capítulo V, Art. 179, página 53).

38) De acordo com o previsto no Regulamento de Administração da Aeronáutica (RCA 12-1) acerca da exclusão dos bens patrimoniais móveis permanentes, o bem móvel reparável deverá ser precedido de exame de material quando seu valor for igual ou

- a) superior a 10% (dez por cento) do limite estabelecido para a modalidade de licitação convite, para obras e serviços de engenharia.
- b) superior a 10% (dez por cento) do limite estabelecido para a modalidade de licitação convite, para compras e serviços.
- c) inferior ao limite estabelecido para a modalidade de licitação convite, para obras e serviços de engenharia.
- d) superior ao limite estabelecido para a modalidade de licitação convite, para compras e serviços.**

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA D)

Verifica-se que:

- A alternativa A está incorreta, pois a exclusão do bem patrimonial móvel permanente reparável, de valor igual ou superior a 10% (dez por cento) do limite estabelecido para a modalidade de licitação convite, para obras e serviços de engenharia, e de valor inferior ao limite estabelecido para a modalidade de licitação convite, para compras e serviços, **poderá** ser precedida de exame de material;
- A alternativa B está incorreta, pois a exclusão do bem patrimonial móvel permanente reparável, de valor maior ou igual a 10% (dez por cento), e inferior ao limite estabelecido para a modalidade de licitação convite, para compras e serviços, **poderá** ser precedida de exame de material;
- A alternativa C está incorreta, pois a exclusão do bem patrimonial móvel permanente reparável, de valor inferior ao limite estabelecido para a modalidade de licitação convite, para obras e serviços de engenharia, deverá ser precedida de exame de material, até o valor igual ou superior ao limite estabelecido para a modalidade de licitação convite, para compras e serviços. Assim sendo, se o valor for inferior ao limite estabelecido para a modalidade de licitação convite, para compras e serviços, **poderá**, e não deverá, ser precedida de exame de material; e,
- A alternativa D está correta, pois a exclusão do bem patrimonial móvel permanente reparável, de valor igual ou superior ao limite estabelecido para a modalidade de licitação convite, para compras e serviços, deverá ser precedida de exame de material.

Fonte: BRASIL. Comando da Aeronáutica. Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica (SEFA). **Regulamento de Administração da Aeronáutica (RADA)** – RCA 12-1, de 2004, aprovado pela Portaria nº 1275/GC3, de 09 de dezembro de 2004. (Parte Especial, Título I, Capítulo II, Art. 116, §1º, páginas 45 e 46).

39) A continência individual é a forma de saudação que um militar isolado, quando uniformizado, com ou sem cobertura, deve aos símbolos, às autoridades e à tropa formada, conforme estabelecido no RCONT. No que diz respeito à continência, assinale a alternativa **incorreta**.

- a) São elementos essenciais da continência individual a atitude, o gesto e a duração, variáveis conforme a situação dos executantes.
- b) Todo militar deve fazer alto para a continência à Bandeira Nacional, ao Hino Nacional e ao Presidente da República.
- c) Os militares em serviço policial ou de segurança são dispensados dos procedimentos de continência individual.**
- d) Nas Organizações Militares, a praça deve fazer alto para a continência a oficiais gerais.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA C)

Verifica-se que:

- A alternativa A está correta, pois a continência implica três elementos essenciais: atitude, gesto e duração. Sendo todos esses variáveis conforme a situação dos executantes, de acordo com o estabelecido no Artigo 19 do RCONT.
- A alternativa B está correta, pois todo militar, independente de sua graduação ou posto, deve fazer alto para a continência à Bandeira Nacional, ao Hino Nacional e ao Presidente da República, conforme estabelecido no Artigo 24 do RCONT.
- A alternativa C está incorreta, pois os militares em serviço policial ou de segurança **poderão** ser dispensados dos procedimentos de continência individual. Assim, o RCONT, no seu Artigo 29, cria uma possibilidade, e não um dever, de serem dispensados os procedimentos de continência aos militares em serviço policial ou de segurança.
- A alternativa D está correta, pois na sede do Ministério da Defesa e nas Organizações Militares, a praça deve fazer alto para a continência a oficiais gerais, em conformidade com o Artigo 27 do RCONT.

Fonte: BRASIL. Comando da Aeronáutica. **Regulamento de continência, honras, sinais de respeito e cerimonial militar das forças armadas (RCONT)**, aprovado pela Portaria nº 660/MD, de 19 de maio de 2009.

- 40) Quanto à constituição da escolta fúnebre, tropa destinada ao acompanhamento dos despojos mortais de determinados militares das Forças Armadas, assinale a alternativa correta.
- a) Para Suboficiais e Sargentos, é constituída por tropa, formada a pé, de efetivo equivalente a um grupo de combate.
 - b) Para Brigadeiros do Ar, é constituída por tropa a cavalo ou motorizada de efetivo equivalente a dois pelotões.
 - c) Para Capitães, é constituída por tropa, formada a pé, de efetivo equivalente a dois grupos de combate.
 - d) Para Coronéis, é constituída por tropa a cavalo ou motorizada de efetivo equivalente a um pelotão.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA C)

Verifica-se que:

- A alternativa A está incorreta, pois, de acordo com o art. 136, parágrafo único, do RCONT, as praças **não têm direito** à escolta fúnebre.
- A alternativa B está incorreta, pois, de acordo com o art. 136, IV, do RCONT, a escolta fúnebre para oficiais gerais, incluindo os Brigadeiros do Ar, é constituída por tropa a cavalo ou motorizada de efetivo equivalente a **um** pelotão.
- A alternativa C está correta, pois a constituição da escolta fúnebre para Oficiais Intermediários (Capitães) é uma tropa, formada a pé, de efetivo equivalente a dois grupos de combate. (RCONT, Art. 136, VI).
- A alternativa D está incorreta, pois, de acordo com o art. 136, V, do RCONT, a escolta fúnebre para oficiais superiores, incluindo Coronéis, é constituída por tropa, **formada a pé**, de efetivo equivalente a um pelotão.

Fonte: BRASIL. Comando da Aeronáutica. **Regulamento de continência, honras, sinais de respeito e cerimonial militar das forças armadas (RCONT)**, aprovado pela Portaria nº 660/MD, de 19 de maio de 2009.